



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 066/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado a Dispensa de Licitação 016/2020, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Fernandes Salvador, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SSP/PR, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 00.109.382/0001-96, estabelecida na Av. José Bonifácio, s/n – centro – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu titular a Sra. Aldezia Maria Lamperti Moreira, brasileira, casada, do comércio, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 3.844.182-5 SSP/PR e CPF/MF n.º 644.064.159-04, residente e domiciliado na Rua Itaipu, 16 - centro – São José das Palmeiras - PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto

Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal n.º 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal n.º 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto n.º 032/2020 de 01 de abril de 2020) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis

Para efeitos obrigacionais tanto a Dispensa de licitação n.º 016/2020, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

O Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) pela aquisição dos produtos, objeto do contrato.

I - As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias na Prefeitura.

§1º - Os pagamentos serão efetuados conforme repasse do Governo do Estado do Paraná através do Programa de Incentivo Família Paranaense VI, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

I - Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

II- Certidão Negativa de Débitos do INSS;

III - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

IV - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

§ 2º – Não será efetuado o pagamento sem que o Município tenha em caixa os valores repassados pelo Governo do Estado.

§ 3º - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

I - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

§4º - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo de entrega, duração e do crédito orçamentário

O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente Contrato, e a vigência do mesmo é de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



| Dotações | | | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2020 | 3690 | 09.002.08.244.0012.2055 | 782 | 3.3.90.32.00.00 | Do Exercício |

Cláusula Quinta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava:

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Marisa Mendes de Araújo**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Nona – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção
2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 06 de Outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Contratante

ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

Contratada

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 066 /2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 016/2020.

OBJETO: Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 032/2020 de 01 de abril de 2020) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

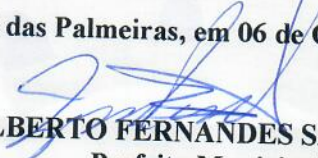
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADA: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) até término do contrato.

VIGÊNCIA: O presente contrato expira-se em 06 de Fevereiro de 2021.

São José das Palmeiras, em 06 de Outubro de 2020.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Município de São José das Palmeiras - 2020
Mapa da Licitação
Processo dispensa 16/2020

10/10/2020

Data abertura: 06/10/2020 Data julgamento: 06/10/2020 Data homologação: CNPJ: 00.108.382/0001-96

| Produto | UN | Quantidade | Preço | Marca |
|------------------------------------|----|------------|-----------------|-------|
| Lote 001 - Lote 001 | | | | |
| 001 KIT ENXOVAL PARA O BEBÊ. | UN | 20,00 | 170,00 * | |
| TOTAL GERAL DO FORNECEDOR | | | 3.400,00 | |
| TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR | | | | |

CNPJ: 00.108.382/0001-96 - ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA - ME

Emitido por: Claudinei, na versão: 5525 x

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate





São José das Palmeiras/PR, 06 de outubro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:8F111E05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 044/2020 - TERMO DE
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 044/2020
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020

Com fundamento no inciso II, do Art. 24, da Lei n.º 8.666/93, dispense a licitação em favor da empresa ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA, localizada na Av. José Bonifácio, s/n - Centro - São José das Palmeiras/PR, inscrita sob o CNPJ de n.º 00.109.382/0001-96, para a aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras - PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 032/2020 de 01 de abril de 2020) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

São José das Palmeiras, 06 de Outubro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:9053E26B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA Nº 016/2020

EXTRATO DE DISPENSA Nº 016/2020
DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras - (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 032/2020 de 01 de abril de 2020) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Contratada:

Empresa: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

Endereço: Av. José Bonifácio, s/n - Centro

Cidade: São José das Palmeiras - PR

CNPJ/MF: 00.109.382/0001-96

Preço: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Prazo: Os produtos deverão ser entregues no município de São José das Palmeiras num prazo máximo de 30 (trinta) dias e a vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, 06 de Outubro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:A069F115

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação a Dispensa de Licitação nº 016/2020, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do

município de São José das Palmeiras - PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 032/2020 de 01 de abril de 2020) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

A empresa vencedora foi: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA, com o valor total de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 06 de Outubro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:4458D1BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 066 /2020 - DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 016/2020

CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 066 /2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2020.

OBJETO: Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras - PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 032/2020 de 01 de abril de 2020) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADA: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)até término do contrato.

VIGÊNCIA: O presente contrato expira-se em 06 de Fevereiro de 2021.

São José das Palmeiras, em 06 de Outubro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:080C1E91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 15, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

Exonera Servidora ocupante de Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete Parlamentar, na Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas legais, e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º - **EXONERAR**, a partir de 10 de Outubro de 2020, a Senhora **CLAÚDIA MARIA DOS SANTOS NOVAES**, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº 9.653.083-8-SSP-PR, e CPF/MF. Nº 081.630.209-03, ocupante de Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete Parlamentar, na Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, nomeada pela PORTARIA Nº 09, de 02 de Setembro de 2019, nos termos do Ofício nº 296/2020 de 30/03/2020, de autoria do Juiz de Direito, **RAPHAEL DE MORAIS DANTAS**, conforme PROJUDI - Processo - 0003393-86.2020.8.16.0170, 2ª